



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

---

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório de Atividades n.º 2/2020

Relativo à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho,  
elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento  
da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

10 de fevereiro de 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	416 Proc. n.º 37-30
Data	020/02/10 N.º 1/11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

RELATÓRIO DE ATIVIDADES N.º 2/2020, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO, ELABORADO AO ABRIGO DO ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

*Capítulo I*  
**INTRODUÇÃO**

---

**1. Constituição da Comissão**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é atualmente constituída pelos seguintes deputados:

**a) Partido Socialista (PS)**

- Graça Silva
- Marta Matos
- Pedro Moura
- Maria Eduarda Pimenta
- José Ávila
- Iasalde Nunes
- João Vasco Costa

**b) Partido Social Democrata (PSD)**

- Catarina Chamacame Furtado
- Jaime Vieira
- João Bruto da Costa
- Elisa Sousa

**c) Partido Popular (CDS-PP)**

- Alonso Miguel - participa sem direito a voto

**d) Bloco de Esquerda (BE)**

- António Lima

**e) Partido Comunista Português (PCP)**

- João Corvelo - participa sem direito a voto

**f) Deputada Independente**

- Graça Silveira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**2. Mesa da Comissão**

A Mesa da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tem a seguinte composição:

**Presidente** - Graça Silva (PS)

**Relatora** - Marta Matos (PS)

**Secretária** - Catarina Chamacame Furtado (PSD)

*Capítulo II*

**PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFETUADAS**

---

O presente relatório respeita ao período compreendido entre os dias 9 de janeiro e 7 de fevereiro de 2020.

No período em referência, a Comissão reuniu nos dias:

- 16 de janeiro, na sede, na cidade da Horta e 24 de janeiro, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada.

*Capítulo III*

**TRABALHOS REALIZADOS**

---

No período em referência a Comissão procedeu à emissão de Relatório e Parecer sobre:

1. Relatório e Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 76/XIV (BE) - Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (16.ª alteração ao código do Trabalho);
2. Relatório e Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 13/XIV (PCP) - Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas;
3. Relatório e Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 91/XIV (BE) - Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determina o pagamento a 100% do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

4. Relatório e Parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 16/XI - Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2018;
5. Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado António Vasco Vieira Neto de Viveiros possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 83/15.9BEPDL;
6. Relatório no âmbito da audição parlamentar da Diretora do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se referem os artigos 42.º, n.º 2, alínea d), do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, e 5.º, n.º 5, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei 8/2007, de 14 de fevereiro;
7. Relatório e Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XI - Regime jurídico do processo de delimitação e desafetação do domínio público hídrico na Região Autónoma dos Açores.

*Capítulo IV*  
**TRABALHOS PENDENTES**

---

Estão pendentes, à data do presente relatório, aguardando a conclusão de diligências e a apreciação em Comissão, as seguintes iniciativas:

1. Projeto de Resolução n.º 162/XI - Requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial;
2. Projeto de Resolução n.º 159/XI - Recomenda ao Governo Regional a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores;
3. Projeto de Resolução n.º 154/XI - Pelo reforço dos meios da Inspeção Regional do Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção;
4. Projeto de Resolução n.º 138/XI - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA em defesa do Mar e salvaguarda da Zona Económica Exclusiva;
5. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI - Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A, de 20 de março, que estabelece o regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

6. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 48/XI – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março – Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA);
7. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XI – Regime dos Requerimentos Parlamentares;
8. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI – Interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato;
9. Proposta de Resolução n.º 15/XI – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2018;
10. Petição n.º 46/XI - Contra a construção de um túnel de apoio ao Miradouro da Lagoa do Fogo e Controlo de Acesso ao Miradouro e Caldeira;
11. Petição n.º 45/XI - Revogação do DLR n.º 23/89/A, de 20 de novembro, que declarou a zona da Ponta da Fajã, ilha das Flores, como zona de alto risco;
12. Petição n.º 43/XI – Alteração do Sistema Eleitoral dos Açores;
13. Petição n.º 42/XI – Recuperação da mata ajardinada da Lagoa do Congro e criação de um Parque Botânico;
14. Projeto de Proposta de Lei - Altera o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca e as prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca, transpondo a Diretiva (UE) 2017/159 - MTSSS - (Reg. PL 58/XXII/2019);
15. Projeto de Decreto-Lei - Estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2018/410 - MAAC - (Reg. DL 44/XXII/2019);
16. Projeto de Decreto-Lei - Altera a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição durante o trabalho a agentes cancerígenos ou mutagénicos, transpondo as Diretivas (UE) 2017/2398, 2019/130 e 2019/983 - MTSSS - (Reg. DL 72/XXII/2019);
17. Projeto de Lei 181/XIV (PAN) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à lei n.º 7/93, de 1 de março);



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

18. Projeto de Lei 185/XIV (PEV) - Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (16.<sup>a</sup> Aletração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro);
19. Projeto de Lei 145/XIV (PAN) - Determina a restrição da realização de voos noturnos, salvo por motivo de força maior;
20. Projeto de Lei 135/XIV (PCP) - Aprova o Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal (3.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal);
21. Projeto de Resolução 136/XIV (BE) - Alarga a oferta de serviços de programas na TDT;
22. Projeto de Resolução 110/XIV (PS) - Recomenda ao Governo que promova, no âmbito da estratégia a apresentar à União Europeia com referência ao próximo quadro financeiro plurianual, a introdução de uma linha que torne elegíveis as operações de remoção de amianto em edifícios públicos;
23. Projeto de Lei n.º 102/XIV (PAN) - Reforça a proteção social e laboral dos pais num quadro de assistência do filho com doença oncológica;
24. Projeto de Lei n.º 73/XIV (PSD) - Regulamentação do lobbying;
25. Projeto de Resolução 34/XIV (PAN) - Recomenda ao Governo que atualize a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos;
26. Projeto de Lei n.º 30/XIV (CDS-PP) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING").

**OUTROS DOCUMENTOS:**

Requerimento do PPM – Solicitação de audição da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, em reunião da Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Ponta Delgada, 10 de fevereiro de 2019

A Relatora,

A handwritten signature in blue ink, reading 'Marta Ávila de Matos'.

*Marta Ávila de Matos*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente,

A handwritten signature in blue ink, reading 'M.ª Graça Silva'.

*Maria da Graça Silva*